



CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

Edital nº 01/2015

ADVOGADO

Código: 301

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

- 1 – Este caderno contém as questões da **Prova Objetiva** e da **Prova Dissertativa**.
- 2 – Use o rascunho da Folha de Respostas reproduzida ao final deste caderno APENAS para marcar o Gabarito.
- 3 – Ao receber as **Folhas de Respostas**:
 - Confira seu nome, número de inscrição e o cargo.
 - Assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

4 – **ATENÇÃO**: transcreva no espaço apropriado da sua **FOLHA DE RESPOSTAS**, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

“ A esperança é o sonho do homem acordado.” Aristóteles

ATENÇÃO:

FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE.

5 – Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- 01 • use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- 02 • preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão.
- 03 • assinale somente **uma** alternativa em cada questão.
- 04 Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

As **Folhas de Respostas** não devem ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

ATENÇÃO: Conforme os subitens: **9.4.5.** Período de Sigilo – Não será permitido ao candidato se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorrida 1(uma) hora do início das provas. **9.4.7** O candidato não poderá fazer anotação de questões ou informações relativas às suas respostas no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI) ou em quaisquer outros meios [...] **9.4.12.** Os candidatos não poderão utilizar-se, em hipótese alguma, de lapiseira, corretivos ou lápis-borracha ou outro material distinto do constante no item 9.4.11. **9.4.22.** Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico [...] (9.4.25.1.) assim como não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou similares. **9.4.25.** Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios. **9.4.27.** Será vedado ao candidato o porte de arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte. **9.4.32.** Poderá, ainda, ser eliminado o candidato que tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes. **9.4.37.** Ao término do prazo estabelecido para a prova, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização das provas, retirando-se da sala de prova de uma só vez.

O caderno de questões e o gabarito da prova objetiva serão divulgados no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br no dia 25 de janeiro de 2016.

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 5 (CINCO) HORAS

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **40 (quarenta) questões de múltipla escolha**, cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas de respostas**, assim distribuídas: 10 (dez) questões de **Português**, 5 (cinco) questões de **Informática**, 5 (cinco) questões de **Conhecimentos Gerais**, 5 (cinco) questões de **Legislação Municipal**, 15 (quinze) questões de **Conhecimentos Específicos** e uma questão **Dissertativa**, todas perfeitamente legíveis.

Havendo algum problema, informe **imediatamente** ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso não observe essa recomendação, não lhe caberá qualquer reclamação ou recursos posteriores.

INSTRUÇÃO: Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 10.

Janelas quebradas: uma teoria do crime que merece reflexão

Há alguns anos, a Universidade de Stanford (EUA) realizou uma interessante experiência de psicologia social. Deixou dois carros idênticos, da mesma marca, modelo e cor, abandonados na rua. Um no Bronx, zona pobre e conflituosa de Nova York e o outro em Palo Alto, zona rica e tranquila da Califórnia. Dois carros idênticos abandonados, dois bairros com populações muito diferentes e uma equipe de especialistas em psicologia social estudando as condutas das pessoas em cada local.

Resultado: o carro abandonado no Bronx começou a ser vandalizado em poucas horas. As rodas foram roubadas, depois o motor, os espelhos, o rádio, etc. Levaram tudo o que fosse aproveitável e aquilo que não puderam levar, destruíram. Contrariamente, o carro abandonado em Palo Alto manteve-se intacto.

A experiência não terminou aí. Quando o carro abandonado no Bronx já estava desfeito e o de Palo Alto estava há uma semana impecável, os pesquisadores quebraram um vidro do automóvel de Palo Alto. Resultado: logo a seguir foi desencadeado o mesmo processo ocorrido no Bronx. Roubo, violência e vandalismo reduziram o veículo à mesma situação daquele deixado no bairro pobre. Por que o vidro quebrado na viatura abandonada num bairro supostamente seguro foi capaz de desencadear todo um processo delituoso? Evidentemente, não foi devido à pobreza. Trata-se de algo que tem a ver com a psicologia humana e com as relações sociais.

Um vidro quebrado numa viatura abandonada transmite uma ideia de deterioração, de desinteresse, de despreocupação. Faz quebrar os códigos de convivência, faz supor que a lei encontra-se ausente, que naquele lugar não existem normas ou regras. Um vidro quebrado induz ao “vale-tudo”. Cada novo ataque depredador reafirma e multiplica essa ideia, até que a escalada de atos cada vez piores torna-se incontrolável, desembocando numa violência irracional.

Baseada nessa experiência e em outras análogas, foi desenvolvida a “Teoria das Janelas Quebradas”. Sua conclusão é que o delito é maior nas zonas onde o descuido, a sujeira, a desordem e o maltrato são maiores. Se por alguma razão racha o vidro de uma janela de um edifício e ninguém o repara, muito rapidamente estarão quebrados todos os demais. Se uma comunidade exhibe sinais de deterioração, e esse fato parece não importar a ninguém, isso fatalmente será fator de geração de delitos.

Origem da teoria

Essa teoria na verdade começou a ser desenvolvida em 1982, quando o cientista político James Q. Wilson e o psicólogo criminologista George Kelling, americanos, publicaram um estudo na revista *Atlantic Monthly*, estabelecendo, pela primeira vez, uma relação de causalidade entre desordem e criminalidade. Nesse estudo, utilizaram os autores da imagem das janelas quebradas para explicar como a desordem e a criminalidade poderiam, aos poucos, infiltrar-se na comunidade, causando a sua decadência e a consequente queda da qualidade de vida. O estudo realizado por esses criminologistas teve por base a experiência dos carros abandonados no Bronx e em Palo Alto.

Em suas conclusões, esses especialistas acreditam que, ampliando a análise situacional, se por exemplo uma janela de uma fábrica ou escritório fosse quebrada e não fosse, incontinenti, consertada, quem por ali passasse e se deparasse com a cena logo iria concluir que ninguém se importava com a situação e que naquela localidade não havia autoridade responsável pela manutenção da ordem.

Logo em seguida, as pessoas de bem deixariam aquela comunidade, relegando o bairro à mercê de gatunos e desordeiros, pois apenas pessoas desocupadas ou imprudentes se sentiriam à vontade para residir em uma rua cuja decadência se torna evidente. Pequenas desordens, portanto, levariam a grandes desordens e, posteriormente, ao crime.

Da mesma forma, concluem os defensores da teoria, quando são cometidas “pequenas faltas” (estacionar em lugar proibido, exceder o limite de velocidade, passar com o sinal vermelho) e as mesmas não são sancionadas, logo começam as faltas maiores e os delitos cada vez mais graves. Se admitirmos atitudes violentas como algo normal no desenvolvimento das crianças, o padrão de desenvolvimento será de maior violência quando essas crianças se tornarem adultas.

A Teoria das Janelas Quebradas definiu um novo marco no estudo da criminalidade ao apontar que a relação de causalidade entre a criminalidade e outros fatores sociais, tais como a pobreza ou a “segregação racial” é menos importante do que a relação entre a desordem e a criminalidade. Não seriam somente fatores ambientais (mesológicos) ou pessoais (biológicos) que teriam influência na formação da personalidade criminoso, contrariando os estudos da criminologia clássica.

No metrô de Nova York

Há três décadas, a criminalidade em várias áreas e cidades dos EUA – com Nova York no topo da lista – atingia níveis alarmantes, preocupando a população e as autoridades americanas, principalmente os responsáveis pela segurança pública. Nesse diapasão, foi implementada uma Política Criminal de Tolerância Zero, que seguia os fundamentos da “Teoria das Janelas Quebradas”.

As autoridades entendiam que, por exemplo, se os parques e outros espaços públicos deteriorados forem progressivamente abandonados pela administração pública e pela maioria dos moradores, esses mesmos espaços serão progressivamente ocupados por delinquentes.

A Teoria das Janelas Quebradas foi aplicada pela primeira vez em meados da década de 80 no metrô de Nova York, que havia se convertido no ponto mais perigoso da cidade. Começou-se por combater as pequenas transgressões: lixo jogado no chão das estações, alcoolismo entre o público, evasões ao pagamento da passagem, pequenos roubos e desordens. Os resultados positivos foram rápidos e evidentes. Começando pelo pequeno conseguiu-se fazer do metrô um lugar seguro.

Posteriormente, em 1994, Rudolph Giuliani, prefeito de Nova York, baseado na Teoria das Janelas Quebradas e na experiência do metrô, deu impulso a uma política mais abrangente de “tolerância zero”. A estratégia consistiu em criar comunidades limpas e ordenadas, não permitindo transgressões à lei e às normas de civilidade e convivência urbana. O resultado na prática foi uma enorme redução de todos os índices criminais da cidade de Nova York.

A expressão “tolerância zero” soa, *a priori*, como uma espécie de solução autoritária e repressiva. Se for aplicada de modo unilateral, pode facilmente ser usada como instrumento opressor pela autoridade fascista de plantão, tal como um ditador ou uma força policial dura. Mas seus defensores afirmam que o seu conceito principal é muito mais a prevenção e a promoção de condições sociais de segurança. Não se trata de linchar o delinquente, mas sim de impedir a eclosão de processos criminais incontroláveis. O método preconiza claramente que aos abusos de autoridade da polícia e dos governantes também deve-se aplicar a tolerância zero. Ela não pode, em absoluto, restringir-se à massa popular. Não se trata, é preciso frisar, de tolerância zero em relação à pessoa que comete o delito, mas tolerância zero em relação ao próprio delito. Trata-se de criar comunidades limpas, ordenadas, respeitadas da lei e dos códigos básicos da convivência social humana.

A tolerância zero e sua base filosófica, a Teoria das Janelas Quebradas, colocou Nova York na lista das metrópoles mundiais mais seguras. Talvez elas possam, também, não apenas explicar o que acontece aqui no Brasil em matéria de corrupção, impunidade, amoralidade, criminalidade, vandalismo, etc., mas tornarem-se instrumento para a criação de uma sociedade melhor e mais segura para todos.

PELLEGRINI, Luis. Janelas quebradas: uma teoria do crime que merece reflexão. Disponível em: <<http://zip.net/bjrmgN>>. Acesso em: 13 out. 2015 (adaptação).

QUESTÃO 1

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A Teoria das Janelas Quebradas estabelece uma relação entre a ordem do ambiente em que se vive e os crimes cometidos nesse ambiente.
- II. Segundo a Teoria das Janelas Quebradas, a pobreza de região não tem relação com os crimes cometidos nessa região.
- III. De acordo com a Teoria das Janelas Quebradas, é possível inferir que, para manter a ordem, as autoridades podem se valer de força excessiva, desde que para coibir os delitos praticados.

De acordo com o texto, estão **INCORRETAS** as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 2

O uso das aspas nas expressões “pequenas faltas” (9º parágrafo) e “vale-tudo” (4º parágrafo) indicam:

- A) ênfase dos nomes.
- B) ironia das situações.
- C) relativização das expressões.
- D) destaque das transcrições.

QUESTÃO 3

Releia o trecho a seguir.

“Um vidro quebrado numa viatura abandonada transmite uma ideia de deterioração, de desinteresse, de despreocupação. Faz quebrar os códigos de convivência, faz supor que a lei encontra-se ausente, que naquele lugar não existem normas ou regras.” (4º parágrafo)

De acordo com a norma padrão, pode-se reescrever esse trecho, preservando seu sentido original, das seguintes formas, **EXCETO**:

- A) Um vidro quebrado numa viatura abandonada transmite uma ideia de deterioração, desinteresse, despreocupação, pois faz quebrar os códigos de convivência, além de fazer supor que a lei se encontra ausente, que naquele lugar não existem normas ou regras.
- B) Por quebrar os códigos de convivência, pela suposição de que a lei se encontra ausente, de que naquele lugar não existem normas ou regras, um vidro quebrado numa viatura abandonada transmite uma ideia de deterioração, de desinteresse, de despreocupação.
- C) Um vidro quebrado, numa viatura abandonada, transmite ideias de: deterioração, desinteresse, despreocupação. Faz quebrar os códigos de convivência, faz supor que a lei encontra-se ausente, que não existe, naquele lugar, normas ou regras.
- D) Um vidro quebrado numa viatura abandonada transmite uma ideia de degeneração, de desinteresse, de despreocupação. Faz quebrar as regras de conduta, faz supor que a lei não se encontra ali, que naquele lugar não existem modelos ou preceitos.

QUESTÃO 4

Analise o trecho a seguir.

“Um vidro quebrado numa viatura abandonada transmite uma ideia de **deterioração** [...]” (4º parágrafo)

A palavra destacada nesse trecho pode ser substituída, de acordo com o contexto, por:

- A) consolidação.
- B) ruína.
- C) lugubridade.
- D) horror.

INSTRUÇÃO: Releia o trecho a seguir para responder às questões 5 e 6.

“Logo em seguida, as pessoas de bem deixariam aquela comunidade, relegando o bairro à mercê de gatunos e desordeiros, pois apenas pessoas desocupadas ou imprudentes se sentiriam à vontade para residir em uma rua cuja decadência se torna evidente. Pequenas desordens, **portanto**, levariam a grandes desordens e, posteriormente, ao crime.” (8º parágrafo)

QUESTÃO 5

A conjunção destacada possui, nesse trecho, um valor:

- A) explicativo.
- B) causal.
- C) consequencial.
- D) conclusivo.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa que indica a forma como esse trecho pode ser reescrito preservando seu sentido original.

- A) Logo em seguida, as pessoas de bem deixariam aquela comunidade, relegando o bairro à mercê de gatunos e desordeiros, pois apenas pessoas desocupadas ou imprudentes se sentiriam à vontade para residir em uma rua cuja decadência se torna evidente. Pequenas desordens, por conseguinte, levariam a grandes desordens e, posteriormente, ao crime.
- B) Logo em seguida, as pessoas de bem deixariam aquela comunidade, relegando o bairro à mercê de gatunos e desordeiros, pois apenas pessoas desocupadas ou imprudentes se sentiriam à vontade para residir em uma rua cuja decadência se torna evidente. Pequenas desordens, pois, levariam a grandes desordens e, posteriormente, ao crime.
- C) Logo em seguida, as pessoas de bem deixariam aquela comunidade, relegando o bairro à mercê de gatunos e desordeiros, pois apenas pessoas desocupadas ou imprudentes se sentiriam à vontade para residir em uma rua cuja decadência se torna evidente. Pequenas desordens, porquanto, levariam a grandes desordens e, posteriormente, ao crime.
- D) Logo em seguida, as pessoas de bem deixariam aquela comunidade, relegando o bairro à mercê de gatunos e desordeiros, pois apenas pessoas desocupadas ou imprudentes se sentiriam à vontade para residir em uma rua cuja decadência se torna evidente. Pequenas desordens, por exemplo, levariam a grandes desordens e, posteriormente, ao crime.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa que apresenta o trecho em que a ocorrência do acento indicativo de crase está **corretamente** justificada.

- A) “Roubo, violência e vandalismo reduziram o veículo à mesma situação daquele deixado no bairro pobre.” – O verbo “reduzir”, nessa acepção, é transitivo direto e indireto, e, por isso, o acento é opcional.
- B) “Evidentemente, não foi devido à pobreza.” – A locução “devido a” é sempre composta por essa preposição “a”, não sendo admitido em nenhuma hipótese, pela norma padrão, seu uso sem a preposição.
- C) “Ela não pode, em absoluto, restringir-se à massa popular.” – O verbo “restringir” é, nesse caso, intransitivo, razão pela qual o uso do acento é obrigatório.
- D) “Não se trata, é preciso frisar, de tolerância zero em relação à pessoa que comete o delito, mas tolerância zero em relação ao próprio delito.” – O substantivo feminino “relação” é regido pela preposição “a” em suas ocorrências, razão pela qual o acento é sempre obrigatório.

QUESTÃO 8

A ocorrência da partícula “se” no trecho “Contrariamente, o carro abandonado em Palo Alto manteve-se intacto.” possui a mesma função do trecho:

- A) “Começou-se por combater as pequenas transgressões [...]”.
- B) “As autoridades entendiam que, por exemplo, se os parques e outros espaços públicos deteriorados forem progressivamente abandonados [...]”.
- C) “Começando pelo pequeno conseguiu-se fazer do metrô um lugar seguro.”
- D) “[...]o padrão de desenvolvimento será de maior violência quando essas crianças se tornarem adultas.”

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que o termo destacado nos trechos a seguir refere-se **corretamente** à palavra ou expressão destacada entre colchetes.

- A) “Talvez **elas** possam, também, não apenas explicar o que acontece aqui no Brasil [...]” (16º parágrafo) [TOLERÂNCIA ZERO e TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS]
- B) “Mas seus defensores afirmam que o **seu** conceito principal é muito mais a prevenção [...]” (15º parágrafo) [TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS]
- C) “Se uma comunidade exhibe sinais de deterioração, e esse fato parece não importar a ninguém, **isso** fatalmente será fator de geração de delitos.” (5º parágrafo) [ESSE FATO PARECE NÃO IMPORTAR A NINGUÉM]
- D) “[...] faz supor que a lei encontra-se ausente, que **naquele** lugar não existem normas ou regras.” (4º parágrafo) [BRONX]

QUESTÃO 10

Analise o trecho a seguir.

“Há três décadas, a criminalidade em várias áreas e cidades dos EUA – com Nova York no topo da lista – atingia níveis alarmantes, preocupando a população e as autoridades americanas, principalmente os responsáveis pela segurança pública.” (11º parágrafo)

Os travessões, nesse trecho, foram utilizados para:

- A) separar uma expressão explicativa.
- B) realçar o aposto.
- C) substituir o uso de dois-pontos.
- D) destacar a expressão nominal.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

Definir as margens e a orientação de uma página de um texto do editor Word são ações que podem ser realizadas na aba:

- A) Arquivo.
- B) Exibição.
- C) Layout de página.
- D) Página inicial.

QUESTÃO 12

No Windows 7, a ferramenta que executa a tarefa de consolidar arquivos espalhados no disco rígido do computador e, assim, melhorar o desempenho do sistema é o:

- A) Windows Explorer.
- B) Desfragmentador de Disco.
- C) Restaurador de Disco.
- D) Painel de Controle.

QUESTÃO 13

Observe a seguinte planilha gerada pelo MS Excel.

	A	B	C	D
1	15	10	20	25

Assinale a alternativa que apresenta o resultado **CORRETO** da fórmula =A1+B1*C1-D1.

- A) 35
- B) 125
- C) 150
- D) 190

QUESTÃO 14

O programa desenvolvido para permitir a navegação pela web e processar diversas linguagens é conhecido como:

- A) Bússola.
- B) Viewer.
- C) Trojan.
- D) Navegador.

QUESTÃO 15

Considerando as formas como os malwares podem infectar um computador, analise as afirmativas a seguir e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Pela exploração de vulnerabilidades existentes nos programas instalados.
- () Pela autoexecução de mídias removíveis infectadas.
- () Pelo acesso a páginas web maliciosas, utilizando navegadores vulneráveis.

Assinale a sequência **CORRETA**.

- A) F F F
- B) F V F
- C) V F V
- D) V V V

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 16

Em setembro de 2015, um terremoto ocorrido na América do Sul foi sentido em estados do território brasileiro.

Assinale a alternativa que apresenta o país onde foi localizado o epicentro desse terremoto.

- A) Uruguai
- B) Argentina
- C) Paraguai
- D) Chile

QUESTÃO 17

Em setembro de 2015, uma montadora de automóveis foi denunciada por falsificar, através de um software, os dados de emissão de poluentes dos seus veículos.

Assinale a alternativa que apresenta o nome da empresa denunciada.

- A) Fiat
- B) Ford
- C) General Motors
- D) Volkswagen

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa que apresenta a agência de notícias que encomendou um estudo sobre a qualidade das águas nos lugares que abrigarão os Jogos Olímpicos no Rio em 2016 e que constatou um risco elevado de contaminação dos atletas.

- A) Reuters
- B) France Press
- C) Associated Press
- D) United Press International

QUESTÃO 19

Em 2015, a foto do menino morto, Aylan Kurdi, encontrado numa praia tornou-se símbolo da crise migratória vivida na Europa.

Assinale a alternativa que apresenta o país de origem do garoto e sua família.

- A) Líbano
- B) Palestina
- C) Arábia Saudita
- D) Síria

QUESTÃO 20

Entre os dias 20 de outubro e 1 de novembro de 2015 foi realizada a 1ª Edição do Jogos Mundiais Indígenas.

Assinale a alternativa que apresenta a capital brasileira que sediou esse evento.

- A) Palmas - TO
- B) Manaus - AM
- C) Belo Horizonte - MG
- D) Salvador - BA

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 21

Considere que, em São Lourenço, é dada permissão de uso de bem público a um particular para instalação e exploração de banca de revista.

Na hipótese, é **CORRETO** afirmar que a permissão de uso:

- A) depende de autorização legislativa.
- B) é feita mediante decreto.
- C) incide necessariamente sobre bem público dominical.
- D) é feita mediante portaria.

QUESTÃO 22

Considere a situação a seguir.

O prefeito de São Lourenço solicita delegação à Câmara Municipal para editar uma lei.

Na hipótese, e segundo o que dispõe a Lei Orgânica do Município, a delegação será dada mediante:

- A) indicação.
- B) Lei Ordinária.
- C) decreto legislativo.
- D) resolução.

QUESTÃO 23

Considere que um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal de São Lourenço é integralmente vetado pelo prefeito.

Na hipótese, é **CORRETO** afirmar:

- A) O veto poderá ser rejeitado pelo quórum de maioria simples.
- B) Na apreciação do veto, a Câmara poderá modificar o projeto.
- C) O veto é irregular porque abrange o texto integral da lei, o que é vedado pela Lei Orgânica.
- D) Os motivos do veto deverão ser comunicados ao presidente da Câmara no prazo de 48 horas.

QUESTÃO 24

Analise a situação a seguir.

Determinado vereador do Município de São Lourenço entende que um ato praticado pelo presidente da Câmara importa em exorbitância das funções deste, razão pela qual pretende interpor recurso contra o referido ato.

Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que as atribuições de opinar sobre o recurso e decidir sobre sua denegação ou acolhimento caberão, respectivamente:

- A) a uma comissão especial de estudos e ao Plenário.
- B) a uma comissão especial de estudos e à Mesa Diretora.
- C) à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e ao Plenário.
- D) à Mesa Diretora e ao Plenário.

QUESTÃO 25

Em determinadas hipóteses regimentalmente previstas, a Mesa Diretora da Câmara de São Lourenço poderá deixar de aceitar proposição.

Entre essas hipóteses, **não** se encontra aquela em que a proposição:

- A) verse sobre assunto alheio à competência da Câmara.
- B) não se sujeite à deliberação do plenário.
- C) fizer referência a lei, decreto, regulamento ou qualquer outro dispositivo legal sem se fazer acompanhar da sua transcrição.
- D) tiver sido rejeitada e for novamente apresentada antes do prazo regimental.

ADVOGADO**QUESTÃO 26**

Por força de disposição constitucional, o Poder Legislativo Municipal apresenta regras próprias de funcionamento que versam sobre assuntos de interesse local, amoldando-se às mais diversas necessidades municipais, tendo como bases os casos concretos ocorridos em seu âmbito de atuação.

Assim, sobre o funcionamento do processo legislativo municipal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Nas sessões ordinárias, convocadas a requerimento do Prefeito, pelo Presidente da Câmara dos Vereadores ou a requerimento da maioria dos Vereadores, na forma regimental, somente se discutirá e se aprovará, deliberando, a matéria constante no ato convocatório.
- B) A sessão legislativa é a duração do mandato do Vereador, isto é, quatro anos, que não se confunde com a legislatura, período anual das reuniões da Câmara Municipal.
- C) Em decorrência do princípio da simetria com o centro, que informa igualmente as regras norteadoras do processo legislativo federal, de aplicação compulsória aos Estados e Municípios, tem-se como incorreta a possibilidade de, por iniciativa popular, emendar a Lei Orgânica.
- D) Os decretos legislativos, de efeitos exclusivamente internos, e as resoluções, de efeitos externos e internos, são deliberações político-administrativas da Câmara Municipal, promulgadas pelo Presidente, dispondo sobre matéria de exclusiva competência do Legislativo.

QUESTÃO 27

Sobre a tratativa dos orçamentos públicos, considere as afirmativas a seguir.

- I. Diante da competência concorrente do Prefeito Municipal e da Câmara dos Vereadores quanto à iniciativa do projeto de lei orçamentária anual, admite nosso ordenamento jurídico-constitucional, em tempo e forma legais, que possa o mesmo projeto sofrer alterações, quer através de mensagem modificativa do Prefeito, quer através de emendas dos Vereadores.
- II. As emendas ao projeto de Lei do Orçamento Anual (LOA) ou aos projetos de lei que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), harmonizada com o Plano Plurianual, compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orientará a elaboração da lei orçamentária anual.
- IV. As regras elementares da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), objetivando a programação dos investimentos e as despesas de custeio administrativo e operacional no curso do ano vindouro, não poderão versar sobre alterações tributárias, considerando a reserva de iniciativa da matéria atribuída exclusivamente ao Poder Executivo.

Considerando que os artigos 165 a 169 da Constituição da República apresentam os fundamentos para a elaboração dos orçamentos públicos, inclusive dos Municípios, estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) III e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 28

O artigo 182 da Constituição Federal estabelece a competência do Poder Público Municipal na execução da política de desenvolvimento urbano, almejando a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar dos seus habitantes.

Sobre os instrumentos da política urbana, trazidos na Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que instituiu o Estatuto da Cidade, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) somente se for descumprida a determinação de parcelamento, edificação ou utilização compulsória, o Município poderá iniciar a cobrança de IPTU progressivo no tempo, mediante majoração da alíquota pelo prazo máximo de cinco anos consecutivos.
- B) o plano diretor, aprovado por lei municipal, é obrigatório apenas para as cidades com mais de vinte mil habitantes e deve restringir-se à zona urbana do Município, uma vez que se trata de instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- C) operações urbanas consorciadas são um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.
- D) o direito de preempção, previsto no Estatuto da Cidade, concede ao Poder Público municipal a preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, inserido nas áreas delimitadas nos termos de lei municipal, baseada no Plano Diretor.

QUESTÃO 29

Para o correto funcionamento do Sistema Tributário Nacional, é imprescindível a observância, pelo legislador e pelo fisco, de determinadas garantias fundamentais do contribuinte e do regime federal, traduzidas nos princípios constitucionais tributários e nas imunidades.

Assim, a aplicação dos princípios ao caso concreto está **INCORRETA** em:

- A) A majoração da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) via ato do Poder Executivo fere o princípio da legalidade, que determina ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- B) Determinada lei municipal de readequação das alíquotas do imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI), que acarretou na sua redução, poderá ter aplicação imediata sem que isso caracterize violação ao princípio da anterioridade anual.
- C) A progressividade de alíquota do ITR, imposto territorial rural, não fere o princípio da isonomia, tendo em vista o seu caráter extrafiscal, cuja finalidade principal não é arrecadatória, mas atende ao objetivo de desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- D) Uma importante exceção ao princípio da uniformidade geográfica é a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

QUESTÃO 30

Analise o caso hipotético a seguir.

Armando é motorista contratado da transportadora de cargas ABC Transportes Ltda. Ao transitar numa rodovia estadual em direção ao porto de Santos/SP, o citado motorista surpreendeu-se com a repentina aparição de Francisco José, que transitava em sua bicicleta pela rodovia e veio a colidir com o caminhão dirigido por Armando, o que lhe causou sérios danos físicos que geraram consideráveis despesas médicas no tratamento hospitalar e ambulatorial do transeunte.

Sem condições de arcar com os custos do tratamento, Francisco José acionou judicialmente a transportadora ABC Transportes Ltda., requerendo-lhe indenização por danos materiais e morais em razão do acidente ocorrido. Independentemente da discussão acerca da culpa no acidente, o advogado da transportadora pretende, em contestação, acionar a seguradora Salve Seguros Ltda., que contratualmente torna-se responsável pela cobertura de eventuais danos provocados a terceiros pela transportadora em questão.

Nesse caso, como a seguradora não figura originalmente como ré, o advogado deve utilizar-se do seguinte instituto:

- A) Chamamento ao processo, uma vez que a seguradora Salve Seguros Ltda., por força do contrato assinado anteriormente com a transportadora ABC Transportes Ltda., em vigor à época do acidente, responsabiliza-se solidariamente pelos prejuízos ocorridos em decorrência do transporte de cargas.
- B) Denúnciação da lide, já que a seguradora Salve Seguros Ltda. está obrigada, por contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo que a transportadora ABC Transportes Ltda. vier a suportar em uma eventual procedência da ação de indenização proposta.
- C) Oposição, considerado que a ABC Transportes Ltda. é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda em razão do contrato de seguro firmado entre ela e a Salve Seguros Ltda.
- D) Nomeação à autoria, pois apesar de a propriedade do veículo pertencer à transportadora ABC Transportes Ltda., a legislação processual civil dispõe ser obrigatória a nomeação à autoria em todos os casos em que os prejuízos da ação devam ser suportados por terceiros não envolvidos no evento que acarretou o dano, a partir da prévia configuração do nexa causal entre a ação de Armando e o dano sofrido por Francisco José.

QUESTÃO 31

A Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social. Para atingir seus objetivos, a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo ou a título individual.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. São legitimados para atuar em defesa dos consumidores as entidades e os órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor.
- II. Nas ações coletivas de que trata a Lei Nº 8.078/90 não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.
- III. Os interesses ou direitos individuais homogêneos, entendidos como aqueles decorrentes de origem comum, também poderão ser objeto de defesa coletiva pelos legitimados descritos na Lei Nº 8.078/90.
- IV. Direitos difusos, definidos pelo Código de Defesa do Consumidor como sendo os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base, somente poderão ser defendidos judicialmente pelo Ministério Público, que tem competência privativa para tanto.

Considerando as disposições da Lei Nº 8.078/90 acerca da defesa do consumidor em juízo, estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) I, II e III, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 32

Sobre o tratamento dado pelo Código Civil aos direitos reais sobre coisas alheias, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O penhor caracteriza-se pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel ou imóvel, suscetível de alienação.
- B) O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, com justo título e boa-fé, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumada a usucapião.
- C) Não se pode transferir o usufruto por alienação; mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.
- D) O dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas rateadas entre os respectivos donos.

QUESTÃO 33

Considerando a classificação doutrinária das Constituições, é **CORRETO** afirmar que a Constituição é:

- A) rígida quando é codificada e sistematizada em um texto único.
- B) sintética quando prevê apenas os princípios e as normas gerais de regência do Estado.
- C) promulgada quando elaborada e estabelecida sem a participação do povo, mediante imposição do governante.
- D) flexível quando prevê instrumentos da democracia participativa.

QUESTÃO 34

Conforme expressamente previsto na Constituição Brasileira, o direito fundamental de reunião submete-se a determinadas condições, entre as quais **não** se inclui a de que:

- A) a reunião se dê de modo pacífico e sem armas.
- B) o exercício do direito não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- C) a reunião seja autorizada pela autoridade competente.
- D) a realização da reunião seja previamente comunicada à autoridade competente.

QUESTÃO 35

Segundo o que prevê a Constituição da República sobre a organização político-administrativa dos municípios, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Os municípios regem-se por leis orgânicas votadas em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias e aprovadas por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- B) A fixação dos subsídios dos vereadores, observados os limites constitucionais, é de competência da própria Câmara Municipal e ocorrerá em cada legislatura, valendo para a subsequente.
- C) A eleição do prefeito e do vice-prefeito realiza-se segundo o processo constitucional de dois turnos nos municípios com população superior a duzentos mil habitantes.
- D) A criação de tribunais, conselhos e órgãos de contas municipais é vedada aos municípios.

QUESTÃO 36

Considere que Rudolf é brasileiro naturalizado. Nessa condição e segundo o que dispõe a Constituição da República, Rudolf **não** poderá ser:

- A) deputado federal.
- B) senador.
- C) membro de carreira diplomática.
- D) ministro de Estado.

QUESTÃO 37

Analise os atos a seguir.

- I. Parecer, nomeação, homologação.
- II. Autorização, permissão, concessão.
- III. Tombamento, demissão, autorização.

Relativamente à classificação dos atos administrativos, é **CORRETO** afirmar:

- A) No item I, todos os atos são considerados negociais.
- B) No item II, apenas a concessão não é considerada ato administrativo.
- C) Nos itens II e III, não há ato de império.
- D) No item III, há dois atos de gestão.

QUESTÃO 38

Numere a COLUNA II de acordo com a COLUNA I, relacionando os atos administrativos aos poderes da Administração utilizados na prática dos atos.

COLUNA I

1. Avocação de atribuições
2. Decreto regulamentando lei
3. Demissão de servidor estatutário
4. Licença para exercício de profissão

COLUNA II

- () Poder de polícia
- () Poder normativo
- () Poder hierárquico
- () Poder disciplinar

Assinale a sequência **CORRETA**.

- A) 1 2 3 4
- B) 2 1 4 3
- C) 3 2 1 4
- D) 4 2 1 3

QUESTÃO 39

Entre os requisitos legais da alienação de um bem imóvel pertencente a uma sociedade de economia mista, **não** se inclui:

- A) autorização legislativa.
- B) motivação.
- C) licitação.
- D) avaliação prévia.

QUESTÃO 40

Conforme o que prevê o ordenamento jurídico brasileiro, é **CORRETO** afirmar que o consórcio público:

- A) não adquire personalidade jurídica.
- B) integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, quando apresenta personalidade de direito público.
- C) pode instituir servidões administrativas, sendo-lhe, todavia, vedado promover desapropriações.
- D) pode ser contratado diretamente mediante dispensa de licitação.

INSTRUÇÕES GERAIS

- 9.3.2.** A Prova Dissertativa e Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório.
- 9.3.3.** A Prova Dissertativa e Discursiva será composta de 01 (uma) questão dissertativa e / ou 01 (uma) questão discursiva, para cada cargo de Nível Superior, que deverá ser respondida em, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) linhas cada.
- 9.3.4.** Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos no item 9.3.3, de acordo com o seguinte critério:
- a) Desconto de 0,5 (meio ponto) por linha aquém do estipulado;
 - b) Desconto de 0,5 (meio ponto) por linha que exceda o máximo estipulado.
- 9.3.5.** A Prova Dissertativa e Discursiva terá o valor de 20 (vinte) pontos.
- 9.3.7.** Serão desconsiderados para correção os trechos da Prova Dissertativa e Discursiva, que forem redigidos a lápis ou apresentarem letra ilegível.
- 9.3.8.** A Prova Dissertativa e Discursiva abrangerá como itens de avaliação, conhecimento sobre o tema, a utilização correta do idioma oficial e a capacidade de exposição.
- 9.3.9.** Não será permitido material para consulta.
- 9.3.10.** Será adotado processo que impeça a identificação do candidato por parte da banca examinadora, garantindo-se o sigilo do julgamento.

QUESTÃO DISSERTATIVA

Analise o caso hipotético a seguir.

Um grupo de deputados federais está insatisfeito com a edição de decreto por determinado presidente da República. Nesse decreto, são adotadas as seguintes providências: a) transferência de atribuições entre os Ministérios; b) criação de cargos públicos efetivos e de confiança; e extinção de alguns cargos efetivos, sendo que, entre esses, alguns estão vagos e outros são ocupados por servidores efetivos estáveis. Na visão dos referidos parlamentares, o ato presidencial invade a esfera de competência do Poder Legislativo.

O grupo de parlamentares pretende adotar uma providência, no âmbito do controle externo parlamentar, que venha impedir que o decreto continue surtindo efeitos.

- A) Nesse caso, os deputados têm razão? Explique sua resposta.
- B) Existe uma medida que poderia ser adotada nesse caso? Fundamente sua resposta, discorrendo qual e como seria o procedimento a ser adotado.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISSERTATIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

1	A	B	C	D	21	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	A	B	C	D	22	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	A	B	C	D	23	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	A	B	C	D	24	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	A	B	C	D	25	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6	A	B	C	D	26	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7	A	B	C	D	27	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8	A	B	C	D	28	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9	A	B	C	D	29	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS,
OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**